

Simonsen pede corte nos gastos

por Cláudia Sofáte
de Brasília

Para o ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, a receita para sair da crise econômica, exacerbada pela explosão inflacionária, é conhecida e difícil: passa por uma política de aperto fiscal e monetário. "O centro da questão é ser capaz de atacar o déficit do setor público", resume o ex-ministro, lembrando que se o governo não perseguir uma política fiscal rigorosa, ficará ainda com muito pouca margem para operar com uma política monetária antiinflacionária.

Um déficit ideal para a conjuntura, combinado com um crescimento econômico próximo a 3,5% na opinião de Simonsen, seria "algo muito próximo de zero". "A receita é conhecida. Agora é preciso que o cozinheiro coloque o bolo no forno", comenta o ex-ministro.

A expectativa do secretário do Tesouro, Andreata Cababi, manifestada recentemente, é de que tudo se mantendo como está o déficit do setor público, no conceito operacional (que mede os saldos dos financiamentos ao setor público não financeiro, menos correção monetária e cambial), saltará de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) para algo como 3,5 a 4% neste ano, o que representaria voltar aos níveis de 1985.

"Compreendo a posição do Bresser (o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira). É uma questão muito complicada para sair da enrascada que ele herdou", comentou o ex-ministro, para quem, hoje, não há o menor ambiente para um novo choque. Não só pelas dificuldades políticas mas fundamentalmente pelo tamanho do déficit do setor público e pela situação delicada na área cambial, "onde nós estámos raspando as reservas cambiais", observou Simonsen.

Apesar de o governo do presidente Sarney ter aproveitado uma de suas idéias para aplacar a remarcação de preços, estabelecendo a regra automática de reajustes de 80% da inflação para os preços o ex-ministro garante que não está colaborando, nem mesmo informalmente, com o presidente da República na elaboração de um plano alternativo de política econômica. "Tenho escrito meus artigos, participado de debates e a última vez que me encontrei com o presidente Sarney foi em junho do ano passado", afirmou Simonsen.

O ministro Bresser Pereira espera concluir nas próximas duas semanas o "plano de consistência macroeconômica", que orientará as ações do governo neste e para os próximos três anos. Além desse trabalho, porém, "o presidente, preocupado com a situação econômica do País, está estudando medidas com seus assessores", admitiu o porta-voz, Frotá Neto, do Palácio do Planalto, a este jornal.

Na última quinta-feira, em Brasília, comentava-se que o Ministério do Planejamento estaria, também, trabalhando em cima de um programa econômico. Esse comentário chegou aos ouvidos do ministro da Fazenda, que ligou para o presidente Sarney, procurando saber da veracidade da notícia. O presidente da República negou. Assessores do ministro da Fazenda asseguraram, porém, que Bresser Pereira está sendo assessorado por três econo-

mistas que largaram recentemente o governo, na confecção de seu plano macroeconômico: Persio Arida, André Lara Resende e Francisco Lopes. Uma assessoria informal, como disse o porta-voz do ministro da Fazenda, Francisco Baker.

Uma das preocupações básicas do plano de Bresser Pereira também é com o déficit do setor público. Um assessor da Secretaria do Tesouro comentou a este

jornal que, apenas com subsídios às pequenas e médias empresas, o governo estaria gastando, neste ano, algo próximo a CZ\$ 20 bilhões, além de mais CZ\$ 60 bilhões com subsídio ao trigo e outros CZ\$ 40 bilhões com a equalização de taxas de juro do Tesouro ao Banco do Brasil, decorrente de aplicações em crédito rural, feitas pelo banco no ano passado e ainda não resarcidas pelo Tesouro.